

TERRAS E SERTÕES NO PENSAMENTO BRASILEIRO: UMA SOCIOLOGIA POLÍTICA NA PERIFERIA

João Marcelo Ehlert MAIA¹

- **RESUMO:** Este artigo tem como objetivo provar que é possível tratar o pensamento brasileiro (e o tema espacial, em particular) como uma forma de teoria social na periferia. Tomo como objeto os escritos de Euclides da Cunha sobre a Amazônia e a investigação de Oliveira Vianna sobre o centro-sul brasileiro. Ao escolher dois personagens representativos de imaginação republicana, e orientados por perspectivas teóricas singulares, meu objetivo é mostrar como o espaço surge nesses textos não como “cenário” ou mera representação de mundos rurais regionais, mas como indício de uma vivência espacial dos brasileiros que pode ser verificada em diversos “lugares” do nosso mundo social. Sugiro que é possível extrair dos escritos os temas principais dessa vivência, que formam o núcleo de uma sociologia política: a experiência da errância como condição básica das classes populares, a ineficácia do liberalismo no ordenamento das relações sociais, a violência como condição básica de nossa sociabilidade e a idéia de que o Brasil constitui-se como uma sociedade em movimento. Assim, longe de ser mero argumento geográfico, o espaço pode ser visto como uma forma privilegiada de cognição.
- **PALAVRAS-CHAVE:** Espaço. Pensamento brasileiro. Sociologia política. Euclides da Cunha. Oliveira Vianna.

A constatação de que o espaço e as representações espaciais (“sertão”, “Natureza”, etc) são centrais no pensamento brasileiro já é ponto bem discutido na nossa literatura sociológica. A imensa bibliografia a respeito de Euclides da Cunha atesta

¹ Bolsista pesquisador. FGV - Fundação Getúlio Vargas. Centro de pesquisa e documentação da História contemporânea do Brasil. Rio de Janeiro – RJ – Brasil. 22250-900 - joao.maia@fgv.br

não apenas a força das inúmeras recepções de *Os sertões*, mas o próprio peso dos sertões “reais” na prosa, na geografia e no pensamento crítico. Nos últimos anos alguns esforços foram feitos para delinear com mais precisão esse vasto manancial de imagens a respeito de nossos espaços. Nísia Lima (1999) mostrou como os intelectuais “sertanejos” da República vislumbraram no sertão não apenas um referente físico a ser descrito, mas uma representação simbólica tanto das nossas raízes autênticas, quanto do isolamento e da fragmentação que marcavam nosso processo de integração nacional. Candice Souza (1997) mostrou como a dualidade entre sertão e litoral prefigurou uma certa narrativa sobre o Brasil, constituindo-se como um movimento intelectual constante de nossa tradição, sempre às voltas com o tema da construção nacional. Lúcia Lippi Oliveira (2000), por sua vez, procurou comparar o tema da identidade nacional no Brasil e nos Estados Unidos, destacando a força das imagens espaciais nos dois contextos e constituindo, assim, um campo de investigações a respeito do significado do “americanismo” na formação brasileira. No campo da teoria política, Rubem Barboza Filho (2000) enquadrou nossa imaginação espacial no âmbito do barroco ibérico transplantado para terras americanas. Mais do que mera expressão do territorialismo, tido por alguns intérpretes como signo máximo do autoritarismo periférico, essa interpretação destacava o potencial inventivo e ordenador das inúmeras fabulações que se exaltavam diante dos vazios e inexplorados espaços nacionais.

O texto que apresento aqui se inscreve no campo de estudos que destaquei, mas procura delimitar alguns aspectos novos para a discussão. Num primeiro momento, gostaria de sugerir que o espaço não é apenas representação ou símbolo de algo, mas uma verdadeira forma de cognição, um modo de conhecimento que é central na nossa imaginação. Também destaco que as reflexões espaciais são particularmente relevantes em sociedades periféricas, cujos agentes modernizadores se viram às voltas com o problema tardio de integrar lugares e vivências que escapavam à lógica clássica do liberalismo central. Finalmente, procuro ressaltar a contemporaneidade desse exercício de investigação sociológica das fabulações espaciais. Afinal, num momento em que as cidades, espaços clássicos da cidadania moderna, encontram-se fragmentadas e dilaceradas por processos que ameaçam as noções de “bem comum” e “virtude cívica”, os textos

aqui analisados atualizam todo seu potencial hermenêutico. Se, como Paul Ricouer (1987), acreditarmos que os textos escapam à intencionalidade de seus produtores e constituem mundos interpretativos, podemos concluir que estamos nos movimentando em metrópoles que podem ser mais bem decifradas com recurso aos desertos sertanejos, aos infernos verdes e aos lugares nos quais o Brasil se produziu pela mobilidade, pela precariedade e pela violência. A eles então.

Tomo como objeto os escritos de Euclides da Cunha sobre a Amazônia e Oliveira Vianna sobre o centro-sul brasileiro. A princípio, isso pode sugerir uma divisão “regionalista”, mas o meu intento é extrair uma sociologia política periférica, que reconheça as qualidades e características de nossas vivências espaciais e delimite os temas e as questões que circundam a aventura civilizatória brasileira. A escolha desses dois personagens justifica-se pela centralidade de suas formulações no pensamento nacional. Se Euclides parece uma escolha óbvia, as reflexões espaciais contidas em *Populações meridionais no Brasil* atestam a persistência desse modo de cognição entre nossa *intelligentzia* e a circulação de uma forma de argumentação que escapa ao mero determinismo geográfico.

Euclides publicou *Os sertões* em 1902, após seu conhecido trabalho de correspondente na região onde se deu a Guerra de Canudos. Já seus escritos sobre a Amazônia foram produzidos após a expedição ao Alto Purus, realizada em 1904-1905 sob auspício do Itamaraty². Escritor em pleno processo de consagração, Euclides ainda encontrava dificuldades para se inscrever de forma segura no circuito social da capital da República. É marca de sua experiência essa tensão entre uma trajetória intelectual ascendente e o forte senso de inadequação ao ambiente urbano da belle époque, adquirido na socialização positivista promovida entre a mocidade da Escola Militar e realizado através da valorização de suas credenciais como engenheiro (mais do que uma profissão, uma espécie de automodelagem intelectual de “novo tipo”).

O Euclides que percorre o “inferno verde” é, então, um intelectual em trânsito. Se as gerações anteriores de viajantes pelos espaços brasileiros (Visconde de Taunay, Couto de Magalhães, Leite Moraes) eram homens fortemente identificados

² Euclides foi convidado pelo Barão de Rio Branco para essa expedição, que visava resolver disputas de fronteiras entre Brasil e Peru. Euclides desejava há muito empreender uma viagem como essa, e pretendia escrever um livro intitulado “Paraíso Perdido”. O projeto, entretanto, nunca foi completado.

com o Império e sua razão de Estado, o engenheiro fluminense trazia como marca de sua passagem pelos espaços ignotos do país o desencanto republicano e um senso de missão que não lhe advinha de treinamento ou circulação pelas agências públicas de dominação. Assim, também transitou pelo sertão baiano, mas há diferenças entre os ambientes e os textos resultantes. Fico, aqui, com a interpretação de Luiz Costa Lima (1997). Segundo o crítico carioca, a primeira grande obra de Euclides era marcada por uma prosa que hesitava em apreender de forma livre os espaços e as terras novas que se revelavam ao olhar. A moldura cientificista teimava em enquadrar de forma disciplinadora os contornos da geografia bárbara dos sertões, o que de certa forma recalçava a produção imagética. Em termos interpretativos, outra tensão perpassava o texto: a valorização do mestiço como “rocha viva da nacionalidade” – expressão étnica dos sertões isolados – chocava-se com um quadro teórico marcadamente evolucionista, que percebia o espaço sertanejo como um lugar social – espacial destinado ao desaparecimento. Os *sertões* configurava-se como um relato de uma tragédia, movida pelo encontro entre a civilização – de ritmo veloz e próprio – e o sertão, mundo guarnecido pelo isolamento e uma espécie de lembrança essencial de um país “esquecido”. Costa Lima (1997) sugere que este não é o enquadramento do caso amazônico, pois a prosa euclidiana já se mostraria menos propensa a disciplinar a geografia ignota por intermédio de um olhar cientificista rígido. Sigo essa sugestão³ como forma de interpretar a sociologia política delineada por Euclides nessas suas “produções tardias”.

Essa opção não implica, contudo, a postulação de uma ruptura entre os dois escritos. Afinal, o olhar euclidiano sobre a Amazônia não é “puro” ou “livre”, já que o manancial de leituras feitas pelo escritor operava como uma mediação significativa. Segundo José Carlos Santana (2000), Euclides viajou para a região após ter lido inúmeros relatos de viajantes, naturalistas e cientistas, com os quais “armou” sua visão sobre a região. Entretanto, creio que o choque diante do cenário permitiu operações discursivas e interpretativas distintas, como sugere Costa Lima (1997), o que possibilita a comparação entre as distintas “imagens espaciais” produzidas pelo engenheiro-escritor. As descrições geográficas euclidianas, como se sabe, não são apenas montagens de cenários

³ Desenvolvi melhor este ponto no quarto capítulo de minha tese de doutoramento, intitulada *Rússia americana: a terra no pensamento social brasileiro* (MAIA, 2006).

físicos. Elas são partes integrantes e atuantes dos dramas sociais, constituindo-se em formas de cognição dos mundos brasileiros – ponto que venho perseguindo neste texto. Assim, pode-se interpretar a geografia sertaneja do sertão de Canudos, produto de um longo desenvolvimento, marcado por terremotos e deslocamentos tectônicos que teriam gerado um imenso planalto, como uma marcação de uma temporalidade “antiga”, matriz de sociabilidades rudes e isoladas. O mestiço era o bárbaro habitante de uma terra outrora tempestuosa, mas desde tempos mantida no isolamento. A “rocha viva da nacionalidade” era, portanto, uma essência perdida, destinada a ser varrida por um andamento civilizatório que lhe era alheio. Não é esse o desenho da Amazônia.

A geografia da selva era tumultuosa e movente. Ao contrário dos sertões, terra produzida em outras épocas, a Amazônia ainda encontrava-se em estado nascente, e os seus rios de caminhos sinuosos eram evidências de um mundo físico que não era fixado ou isolado. Nas palavras do próprio Euclides da Cunha (1995, p.254),

A terra abandona o homem. Vai em busca de outras latitudes. E o Amazonas, nesse construir o seu verdadeiro delta em zonas tão remotas do outro hemisfério, traduz, de fato, a viagem incógnita de um território em marcha, mudando-se pelos tempos adiante, sem parar um segundo, e tornando cada vez menores, num desgastamento ininterrupto, as largas superfícies que atravessa.

Essa percepção da selva como uma terra nova e aberta, incapaz de ser decifrada pelo aparato científico tradicional, é reforçada no prefácio que Euclides escreveu para a obra “O inferno verde”, de seu amigo Alberto Rangel. Nesse texto de 1907, o engenheiro-escritor sustenta que “Para vê-la deve renunciar-se ao propósito de descortiná-la” (CUNHA, 1995, p.493). Ou ainda: “A geologia dinâmica não se deduz, vê-se; e a história geológica vai escrevendo-se, dia a dia, ante as vistas encantadas dos que saibam lê-la.” (CUNHA, 1995, p.495).

Do mesmo modo, as vivências nesse espaço eram marcadas por algumas características singulares. Os homens que se aventuravam pela Amazônia não eram originários do lugar, tipos amoldados perfeitamente a uma geografia antiga e isolada, mas personagens das mais variadas regiões e extrações étnicas. Em comum, o fato de terem sobrevivido ao “inferno verde”, graças

à seleção climática que eliminou os menos audazes e capazes e ao desempenho de estratégias de adaptação que demandavam inteligência prática e trabalho. Essa forma de colonização era distinta dos tradicionais modelos coloniais, que insistiam na transplantação dos padrões civilizatórios “centrais” para regiões alheias à dinâmica européia. Se os rigorosos regulamentos coloniais sugeriam uma rígida dicotomia entre “civilização” e “barbárie”, Euclides sustenta que a marcha dos brasileiros pelo Acre teria obedecido a um pragmatismo condizente com essa terra “em movimento”. Assim,

Ora, comparando-se estas colonizações adstritas às cláusulas de rigorosos estatutos – e de efeitos tão escassos – com o povoamento tumultuário, com a colonização à gandaia do Acre – de resultados surpreendentes – certo não se faz mister registrar um só elemento para o acerto de que o regime da região malsinada não é apenas sobradamente superior ao da maioria dos trechos recém-abertos à expansão colonizadora, senão também ao da grande maioria dos países normalmente habitados. (CUNHA, 1995, p.275).

Nota-se, portanto, que esses homens souberam responder ao espaço em movimento, reinventando-se e dominando o mundo natural com uma disciplina prática. Por um lado, homens americanos de fronteira, animados pelo movimento e pelo desbravamento de novas áreas de povoamento. Por outro, tipos que se resignavam à vastidão e às condições precárias de trabalho, organizando-se por intermédio de uma sociabilidade rude e quietista. Na seção “Judas-Asvero”, famoso trecho da obra amazônica, o escritor-engenheiro descreve detalhadamente essas vivências fatalistas, tidas por ele como quase “dostoievskianas”. O regime de trabalho, precário e predatório, produzia homens solitários e resignados, às voltas com a insalubridade e com o que Euclides da Cunha (1995) classifica de “laivo siberiano”. Ainda assim, Euclides compara favoravelmente os seringueiros nortistas com os **caucheiros** peruanos, tipos nômades, instáveis e propensos à violência. Isto é, enquanto os povoadores do Acre lograram regular suas energias bárbaras numa chave produtiva, os **caucheiros** se mostrariam incapazes de disciplinar racionalmente suas atividades, configurando personagens afeitos à barbárie e antitéticos ao trabalho estável.

O quadro delineado por Euclides traduz a Amazônia como um lugar social que combina movimento e fragmentação. De fato

há, nos homens que se deslocam nessa geografia movente, uma grande energia social, desvinculada de quaisquer códigos culturais homogêneos. Porém, essa sociedade movente e adaptativa é animada por interesses que não encontram suporte numa ordem mercantil coesa e inclusiva. Se a fronteira americana é um espaço onde o movimento casa-se com os temas da propriedade e da liberdade, na fronteira norte brasileira essa equação não é montada. O cenário desenhado por Euclides, portanto, aponta para uma dinâmica fragmentária, povoada por restos de civilização, cidades abandonadas e vestígios de outras marchas de povoamento. Em trabalho sobre a dimensão “fantasmagórica” da modernidade mundial, Francisco Foot Hardman (1988) sugere que esse texto euclidiano é registro exemplar de um processo modernizador que incorpora regiões distantes ao circuito global de reprodução do capital e circulação de mercadorias. De fato, o esforço colonizador dos seringueiros logra constituir uma certa vida civil, mas é acompanhado pela precarização do trabalho e pela ausência de uma regulação social que relacione essa marcha com o Estado.

Tomando o espaço como instrumento básico de cognição da aventura brasileira, percebe-se que é possível extrair da vivência amazônica elementos de uma sociologia política de um lugar em que o mercado e o interesse não se erigiram em suportes adequados para a constituição da vida social. Assim, longe de se constituir apenas num quadro regional, a Amazônia euclidiana é expressão de traços marcantes da experiência brasileira: o movimento incessante, a fragmentação social, o trabalho precário e a capacidade adaptativa dos homens.

O centro-sul brasileiro, região estudada por Oliveira Vianna (1973) em seu *Populações meridionais do Brasil*, certamente constitui-se em área diversa da selva amazônica. Entretanto, gostaria de sugerir aqui que a reflexão espacial de Vianna traz importantes contribuições para a sociologia política periférica que desejo delinear neste trabalho.

O objeto do primeiro volume de *Populações* – publicado em 1918 – é o mundo rural do centro-sul brasileiro (grosso modo, correspondente a região Sudeste), com sua geografia, suas gentes e suas formas de sociabilidade. Em termos espaciais, uma das principais chaves analíticas de Oliveira Vianna é a geografia do latifúndio, tido como elemento central na conformação desse mundo. Sua “função simplificadora” produziria um universo social

parcamente diferenciado e fracamente mobilizado pelo interesse mercantil, já que a grande propriedade impediria a formação de classes médias e anularia o potencial urbano do comércio. O famoso capítulo VII da segunda parte, dedicado ao latifúndio e seus efeitos, é taxativo no seu encerramento:

Sem quadros sociais completos; sem classes sociais definidas; sem hierarquia social organizada; sem classe média, sem classe industrial; sem classe comercial; sem classes urbanas em geral – a nossa sociedade rural lembra um vasto e imponente edifício, em arcabouço, incompleto, insólido, com os travejamentos mal ajustados e ainda sem pontos firmes de apoio. (VIANNA, 1973, p.136).

Entretanto, a despeito da centralidade do latifúndio na reflexão do escritor fluminense, gostaria de sugerir que o grande domínio rural é apenas um elemento dentro de uma reflexão “espacial” mas ampla, ancorada na idéia de “vastidão”.

Desde o início da obra Oliveira Vianna (1973) recorre ao argumento geográfico para sua interpretação sobre os séculos de formação do Brasil. Assim, aponta nossa “tendência americana centrípeta” como responsável pela transformação da nobreza peninsular numa classe dominante rústica e enraizada nos domínios rurais, movimento este que produziria a ocupação dos sertões brasileiros e a transformação da grande propriedade rural numa das principais instituições da sociedade. Interessante notar que essa marca americana de nossos espaços não gera efeitos semelhantes aos observados nos Estados Unidos, onde a expansão pelos espaços livres foi animada pelo interesse e pela fixação de pequenos proprietários⁴. Vianna atenta para a ausência de motivações econômicas fortes na movimentação em direção ao nosso *hinterland*, apontando para a lógica do prestígio como determinante no delineamento do mundo do latifúndio. Essa interpretação, aliás, permite a Vianna, numa das seções mais polêmicas de sua obra, caracterizar os grandes proprietários como um grupo de *status*, espécie de nobreza rural dotada das principais qualidades que “civilizaram” o interior brasileiro – probidade, honra etc. Por sua vez, a combinação entre

⁴ Sobre a singularidade do tema espacial na sociedade norte-americana, Max Weber (1958) sustentava que numa formação social marcada pela ausência de feudalismo e pela inexistência de camadas tradicionais, a terra era apropriada a partir de uma dinâmica tipicamente capitalista. Assim, o espaço nos Estados Unidos não era capturado por estratos “enobrecidos”, como acontecia na Alemanha dos *junkers*, onde o predomínio da grande propriedade como instrumento de ordenamento hierárquico implicava o “fechamento” do território.

vastidão, dilatação e precariedade do eixo dos interesses é tema recorrente na obra, explicando a produção de vastas camadas de homens livres e pobres que transitariam como “desclassificados” na órbita dos domínios rurais. As formas de organização desse universo seriam marcadas pela dimensão parental dos clãs e pelas redes de controle e dependência direta, cuja expressão mais direta seria o banditismo e a violência. Novamente a espacialidade periférica operaria numa chave antagônica aos padrões clássicos de integração social, caracterizados pela solidariedade de classes e pela formação de interesses comerciais autônomos. Em resumo, os sertões centrais do Brasil não seriam territórios propícios para o assentamento de uma sociedade civil nos moldes do Velho Mundo, caracterizada por fenômenos como divisão de trabalho, classes sociais e ação econômica racional.

Esse diagnóstico de Vianna encontra eco no estudo de Maria Sylvia de Carvalho Franco (1974) dedicado aos homens livres e pobres no Brasil oitocentista. Nessa obra, uma das peças principais tanto da sociologia rural brasileira, quanto da chamada “escola paulista de sociologia”, a autora mostra como a conjugação entre grande propriedade movida pelo braço escravo e produção orientada para o circuito de mercadorias teria produzido uma geografia social em que a camada de homens pobres não lograria se inscrever de forma estável nas relações de assalariamento. Assim, a errância e a violência seriam as características fundamentais dessa plebe rural, destinada a vagar em busca de oportunidades no mercado, mas sem conseguir que o interesse econômico se constituísse em eixo racional de orientação de comportamento. O desenho dos espaços interioranos brasileiros feito pela autora guarda notável similaridade com a radiografia do pensador fluminense, a despeito de significativas diferenças em termos de formação teórica, trajetória intelectual e posicionamento político.

Retornando a *Populações Meridionais*, a contraposição entre espaço periférico e espaço “central” é acentuada por Vianna (1973) na seção final da obra, que contrapõe nossa expansão americana e a “concentração” européia, característica do mundo feudal⁵. Assim, enquanto aquela seria marcada pelo movimento

⁵ Note-se que a constatação crítica da ausência de um momento “feudal” na formação social brasileira não é exclusiva do pensador fluminense. Em obra característica da sociologia política universitária produzida nos anos de 1970, Simon Schwartzman (1982) mobiliza sugestão assemelhada, ao sustentar que o feudalismo produziria uma rede de contratos e garantias de direitos locais que propiciaria uma passagem “boa” para o moderno universo capitalista. Nas palavras do sociólogo mineiro, “Portanto, e contrariamente ao que é algumas vezes sustentado, o feudalismo não parece ter constituído historicamente um fator de subdesenvolvimento. Ao contrário: sua ausência e o predomínio no passado de um Estado

desordenado de homens na vastidão de terras livres, esta se caracterizaria pela escassez e pela compressão, possibilitando a produção de laços sólidos entre interesses e grupos sociais, organizados no local da comuna auto-governada. No centro-sul nacional, a sociedade caminharia “à frente do Estado”, de forma abrupta e violenta, ocasionando uma cisão entre público e privado que perseguiu a reflexão de Vianna e de outros interessados no nosso processo de *nation building*. Ao contrário, a espacialidade européia teria operado uma articulação entre esses dois pólos, fazendo do Estado um bem coletivo “internalizado” nas práticas políticas locais e cotidianas. Nessa articulação quase tocquevilleana, estaria não apenas o significado mais preciso da ordem inglesa, mas também os contornos mais “desejados” do projeto democrático moderno, que Vianna procuraria realizar por outros caminhos. Nota-se, portanto, que a imaginação espacial, longe de ser ultrapassada forma de argumentação determinística-geográfica, constitui-se como instrumento de cognição do mundo. Nas palavras do autor, “O feudalismo é a ordem, a dependência, a coesão, a estabilidade: a fixidez do homem à terra. Nós somos a incoerência, a desintegração, a indisciplina, a instabilidade: a infixidez.” (VIANNA, 1973, p.135).

Importante ressaltar que a associação entre argumento espacial e condição periférica é realçada por Vianna (1923) em textos posteriores, de maneira mais acabada. Assim, *Evolução do Povo Brasileiro* inicia-se com uma digressão teórica do autor, em que a necessidade de se compreender a particularidade da formação brasileira é sustentada, como forma de evitar o uso irrefletido de teorias evolucionistas lineares e por demais universalistas. Nesse arrazoado introdutório, Vianna (1923) destaca o tema espacial como determinante dessa singularidade:

Há, por exemplo, para nós, povo de transplantação, em cujo solo confluem tantas raças exóticas, um formidável problema prático, que interessa fundamentalmente a orientação de nossos destinos. É o conhecimento das reações do meio cósmico sobre o advena, aquilo que Huntington chama ‘o conhecimento de como nos adaptar à natureza, ou de como adaptar a natureza ao homem’. É um problema central, de que está dependendo o futuro e a grandeza

da civilização do ocidente – flor delicada dos climas frios – nestes climas tropicais. (VIANNA, 1923, p.30).

Feito esse movimento, é possível aproximar as duas narrativas espaciais tratadas neste texto. Tanto Euclides quanto Vianna delineiam uma vivência espacial marcada por uma forte mobilidade da plebe brasileira, sempre constrangida a varar sertões e florestas num movimento perpétuo que não encontra sustentação nem no eixo do interesse, nem no pólo estatal. A violência, a rudeza e a energia bárbara que caracterizariam esses homens seriam expressões desse americanismo “periférico”, ao mesmo tempo próximo e distante da Marcha para o Oeste que animou a fronteira estadunidense. Se encarmos essas fabulações não como simples representações de um referente físico específico, mas como formas de cognição de um mundo marcado por sua condição periférica, perceberemos os contornos de uma imaginação “espacial” que fornece subsídios para uma sociologia política contemporânea. Esses contornos, por sua vez, escoravam-se numa certa geografia civilizatória que poderia aproximar o país da Rússia, por exemplo. A referência de Euclides a Dostoiévski para melhor caracterizar os fatalistas e abnegados seringueiros nortistas não era gratuita. Em um texto intitulado “A missão da Rússia” (CUNHA, 1995), escrito sob o impacto da guerra russo-japonesa de 1905, o engenheiro-escritor localizava nessa formação social normalmente associada ao Oriente uma energia bárbara que, transfigurada e regulada, poderia conferir aos russos uma inscrição alternativa no mundo moderno. Se cotejarmos esse texto com os escritos amazônicos, é possível perceber que Euclides faz movimento semelhante ao apontar as contradições no movimento colonizador do Acre. Esse mapa imaginário que circunscreve o Brasil entre americanos e russos não é de todo absurdo, se atentarmos tanto para a enorme recepção dos romances de Tolstói, Dostoiévsky e Turguêniev nos primeiros anos republicanos⁶, quanto para a força da discussão a respeito do americanismo de nossa formação. Como se percebe, as imagens espaciais que circulavam entre nossa *intelligentzia* podem abrir a discussão de questões a respeito da modernidade periférica que escapam ao nosso universo nacional, ao mesmo

burocratizado e excessivamente grande é que parece terem sido determinantes do atraso relativo de muitos países no presente.” (SCHWARTZMAN, 1982, p.44). Obviamente, as conclusões de Schwartzman a respeito do papel negativo do Estado na sociedade brasileira – próximas do liberalismo na sua condenação à “cooptação estatal” – não são as mesmas de Vianna.

⁶ Bruno Gomide (2004, 2005) fez vasta pesquisa que mapeou a recepção do romance russo no Brasil e evidenciou a atração que a Rússia e seus escritores exerciam sobre parte da nossa intelectualidade (Vicente Licínio Cardoso, Everardo Backheuser etc).

tempo em que localizam os dilemas da sociedade brasileira num quadro mais vasto do que normalmente pensamos.

Ao apontarem para a “vastidão” como categoria central da nossa hermenêutica de nacionalidade, Euclides e Vianna destacam a precariedade do desenho liberal clássico em territórios como o nosso. Ao mesmo tempo, contudo, ambos localizam uma potência não regulada na vida popular, uma energia traduzida em movimento e barbarismo, mas que não é contida nas formas clássicas da urbanidade civil. Ora, não é outra a história do movimento de gentes pela terra brasileira, desde Canudos até as fronteiras dos garimpos amazônicos, numa conformação de uma sociedade que avança desordenadamente pelas franjas do mercado. Trabalhos historiográficos contemporâneos, como o de Sheila de Castro Faria (1998), atestam que a sociedade colonial brasileira, longe de se organizar de forma estável e pouca diversificada, constituía-se como um espaço em constante “fazimento”, no qual fortunas não duravam mais de três gerações e o trânsito ininterrupto de homens era dimensão básica de pertencimento social. Nas palavras da autora, “O fluxo intenso de gente, a transitoriedade de residência, de ocupação e de fortuna, a aventura, as possibilidades de enriquecimento, as lutas cotidianas e políticas, a abertura de novas áreas agrárias e a rapidez das transformações eram, eles próprios, as fontes características da sociedade colonial [...]” (FARIA, 1998, p.398). Estudos mais voltados para história regional confirmam esse quadro e apresentam o mesmo cenário que combina mobilidade, expansão de fronteiras, violência e reinvenção de lugares e espaços. Destarte, enquanto Maria Campos (2005) argumenta que a mobilidade geográfica e a instabilidade das fortunas na mineração transformaram a Goiás colonial num cenário marcado por motins e disputas complexas entre potentados, Coroa, comerciantes e religiosos, Renato Venâncio (2001, p.181) traça quadro semelhante para Minas Gerais, que “[...] permaneceu como um arquipélago de sertões paulistas, goianos e baianos”.

Assim, as fabulações e os estudos de Oliveira Vianna e Euclides da Cunha não são simples descrições dos mundos regionais brasileiros, mas produções imagéticas que consagram e disseminam uma imaginação espacial que encontra forte ressonância no nosso processo civilizador. Se é comum pensarmos nos autores clássicos do pensamento brasileiro como “intérpretes do Brasil”, talvez esteja na hora de entendê-los também como

“fabricadores” ou “produtores”. Afinal, a circulação de suas obras e desses modos de cognição espacial contribuiu para organizar narrativas de auto-entendimento nacional que informaram práticas sociais e tiveram efeito no mundo social. Certamente não é gratuita a persistência da temática sertaneja no audiovisual brasileiro contemporâneo. Desta forma, dialogar com essas narrativas implica inquiri-las a partir de uma temporalidade contemporânea, na qual a violência, a errância e o precário enquadramento produzido pelas relações mercantis assumem outras formas e feições, num Brasil urbanizado, mas ainda às voltas com os dilemas de nossa modernidade periférica.

Se a cidade foi a imagem espacial por excelência da vida em sociedade no centro do capitalismo, os recentes desafios produzidos pela questão das grandes metrópoles parecem erodir as tradicionais reflexões sociológicas sobre a vida urbana. Afinal, é possível ordenar o caleidoscópio que observamos em lugares como Rio de Janeiro, Recife, Shanghai ou Nova Déli por intermédio das clássicas noções de “vida cívica” e “bem comum”? As fabulações de Euclides da Cunha e Oliveira Vianna não apontam propriamente para respostas, mas sugerem que olhemos para os modos da imaginação periférica em busca de uma matriz de sensibilidade intelectual capaz de descortinar os contornos de uma geografia singular, em que os signos do moderno surgem atravessados por outras formas de vivência. Longe de constituírem uma pregação ruralista ou romântica, esses escritos tomam o espaço como instrumento de cognição de um mundo social que não se restringe aos confins do Amazonas ou ao centro-sul brasileiro, mas perpassa assentamentos metropolitanos e favelas, constituindo uma reflexividade produtiva sobre nossa vida.

MAIA, João Marcelo Ehlert. Lands and “Sertões” in Brazilian thought: a political sociology in the periphery. *Perspectivas*, São Paulo, v. 31, p.49-63, jan./jun. 2007.

■ **ABSTRACT:** *This article seeks to prove that is possible to deal with Brazilian thought (and the spatial theme, in particular) as a form of peripheral social theory. I analyze Euclides da Cunha's texts about Amazônia and Oliveira Vianna's inquiry about the Center-South of Brazil. By choosing two representative figures of our republican imagination, both oriented by unique theoretical perspectives, my goal is to show how space emerges in these texts not as a landscape or a simple representation of local rural areas, but as traces of a*

spatial living of brazilian people which can be observed in different places of our social worlds. I suggest that is possible extract from the texts the main themes of this kind of living, which form the core of a political sociology: the experience of vagrancy as a basic condition of lower classes, the incapacity of liberalism to function as a guide for social relations, violence as an expression of sociability an the idea that Brazil was formed as a society in motion. Therefore, far from being just a geographic element, space can be seen as a privileged form of cognition.

■ **KEYWORDS:** *Space. Brazilian social thought. Political sociology. Euclides da Cunha. Oliveira Vianna.*

Referências

- BARBOZA FILHO, R. *Tradição e artifício: iberismo e barroco na formação americana*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.
- CAMPOS, M. V. Goiás na década de 1730: pioneiros, elites locais, motins e fronteira. In: BICALHO, M. F.; FERLINI, V. L. A. (Org.). *Modos de governar: idéias e práticas políticas no império português: séculos XVI-XIX*. São Paulo: Alameda, 2005. p.341-359.
- CUNHA, E. da. *Obras completas*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1995. v.1.
- FARIA, S. de C. *A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- FRANCO, M. S. de C. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: Ática, 1974.
- GOMIDE, B. B. A vasta poeira humana e o simum da desordem: paralelos Brasil-Rússia nos anos 1920 e 1930. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n.35, p.121-138, 2005.
- _____. *Da estepe à caatinga: o romance russo no Brasil*. 2004. 702f. Tese (Doutorado em Teoria e História Literária) - Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade de Campinas, Campinas, 2004.
- HARDMAN, F. F. *Trem fantasma: a modernidade na selva*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- LIMA, L. C. *Terra ignota: a construção de Os Sertões*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.
- LIMA, N. T. *Um sertão chamado Brasil: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional*. Rio de Janeiro: REVAN, 1999.
- MAIA, J. M. E. *A Rússia americana: a terra no pensamento social brasileiro*. 2006. 249f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.
- OLIVEIRA, L. L. *Americanos: representações da identidade nacional no Brasil e nos Estados Unidos*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.
- RICOEUR, P. *Teoria da interpretação: o discurso e o excesso de significação*. Tradução de Artur Morão. Lisboa: Ed. 70, 1987.
- SCHWARTZMAN, S. *Bases do autoritarismo brasileiro*. Rio de Janeiro: Ed. CAMPUS, 1982.
- SANTANA, J. C. B. Euclides da Cunha e a Amazônia: visão mediada pela ciência. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.6, p.901-917, 2000. Suplemento especial.
- SOUZA, C. V. e. *A pátria geográfica: sertão e litoral no pensamento social brasileiro*. Goiânia: Ed. UFG, 1997.
- VENÂNCIO, R. P. Comércio e fronteira em Minas Gerais colonial. In: FURTADO, J. F. (Org.). *Diálogos oceânicos: Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do império ultramarino português*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001. p.181-192.
- VIANNA, O. *Populações meridionais do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1973. v.1.
- _____. *Evolução do povo brasileiro*. São Paulo: Monteiro Lobato e Co editores, 1923.
- WEBER, M. Capitalism and rural society in Germany. In: _____. *From Max Weber: essays in sociology*. Translated, edited and with an introduction by H. H. Gerth and C. Wright Mills. New York: Oxford University Press, 1958. p.363-385.